

GESTÃO COMUNITÁRIA DOS RECURSOS NATURAIS EM MOÇAMBIQUE, 1998. *ENTUSIAMOS A MAIS E COORDENAÇÃO A MENOS*

PROJECTOS DE GESTÃO COMUNITÁRIA DOS RECURSOS NATURAIS EM MOÇAMBIQUE

1. INTRODUÇÃO

Em Moçambique, a Participação da Comunidade nos Projectos de Gestão de Recursos Naturais está a ganhar uma importante dimensão, e em alguns Projectos têm se mostrado promessores.

Vários Projectos procuram na medida do possível envolver diferentes Instituições desde instituições Governamentais e não Governamentais, e a Comunidade Beneficiária.

De um modo geral, pretende-se que os Recursos Naturais sejam acessíveis a todo o cidadão interessado em particular as Comunidades Rurais e aqueles que do seu uso dependem fundamentalmente para satisfação das suas necessidades essenciais, promovendo a sua utilização racional de modo a assegurar a sua sustentabilidade e valorização permanente (Zucula, P. et al, 1995).

Existem sensivelmente trinta (30) Projectos de Gestão Comunitária de Recursos Naturais em execução em Moçambique em 1998(ver anexo 1); destes 30 Projectos foram escolhidos para análise doze (12).

Os critérios para a selecção dos estudos de caso foram os seguintes:

- Grandes Projectos
- Um balanço entre Projectos representativos de intervenções em áreas Protegidas e zonas livres.
- Projectos que cobrissem diferentes áreas representativas de diferentes zonas ecológicas do País.
- Projectos representativos de diferentes órgãos de implementação, de diferentes financiadores e de diferentes órgãos de tutela.
- Projectos terminados e em execução.
- Projectos das zonas livres mas de uso intenso e de grandes conflitos

Este relatório apresenta os resultados de um estudo realizado pelo INDER e pelo Centro de Estudos da População - UEM sobre os projectos de Gestão Comunitária dos Recursos Naturais em curso ou já implementados em

Moçambique.

O estudo foi realizado por uma equipa composta por Yussuf Adam, do CEP-UEM, por Ofélia Simão e José Mate do INDER.

O estudo já foi discutido no Grupo de Referência do INDER, e a primeira versão foi apresentada na 1ª Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais.

Em simultâneo, está também em curso no INDER um estudo sobre "Critérios de selecção das Comunidades/Zonas para a implementação de Projectos de Gestão Comunitária de Recursos Naturais.

2. Os objectivos a alcançar com o presente trabalho são os seguintes:

- Contribuir para o reforço da Participação da Comunidade nos Projectos de Gestão Comunitária de Recursos Naturais
- Contribuir para o melhoramento das metodologias a ser usadas nos Projectos de Gestão Comunitária de Recursos Naturais
- Consciencializar os gestores e implementadores dos Projectos Gestão Comunitária de Recursos Naturais, de modo a criar uma aproximação entre os objectivos do Projecto e os interesses / expectativas da Comunidade
- Produzir resultados úteis para a elaboração de um Plano de Investimento Nacional, na área de Maneio Comunitário dos Recursos Naturais, no quadro do Programa Gestão Comunitária de Recursos Naturais em curso no INDER.

3. METODOLOGIA

A selecção dos doze (12) Projectos para os estudos de casos obedeceu os seguintes critérios:

- Grandes Projectos (Projectos com uma dimensão considerada em termos de território abrangido, e de montantes de financiamento) por exemplo o GERFFA
- Um balanço entre Projectos representativos de intervenções em áreas Protegidas: Zonas de Conservação ou Parques Naturais (como por exemplo o Projecto das Áreas de Conservação Transfronteiras) e zonas livres (por exemplo Tchuma Tchatu).
- Projectos que cobrissem diferentes áreas representativas de diferentes zonas ecológicas do País: Zonas costeiras (Co-Gestão de Recursos Naturais com a

Participação Comunitária nos distritos de Angoche e Moma); Mangais (Projecto de Gestão dos Mangais na Bacia do Zambeze), nos deltas (sub-projecto delta Zambeze), nas Ilhas (Projecto de Gestão Comunitária de Recursos Naturais na Ilha de Inhaca) e nas zonas do interior (Gestão Comunitária de Floresta Nativa em Mabalane).

- Projectos representativos de diferentes órgãos de implementação (ONGs, instituições governamentais, não governamentais e Comunidades) de diferentes financiadores e de diferentes órgãos de tutela por exemplo MICOA, MAP e outros.
- Projectos terminados e em execução (por exemplo Projecto Licuati e o Projecto de apoio ao Maneio de Florestas e Fauna Bravia)
- Projectos das zonas livres mas de uso intenso e de grandes conflitos (por exemplo o Tchuma Tchatu)

A recolha de dados foi efectuada através da utilização múltipla e cruzada de diversos métodos das ciências sociais.

Dois métodos foram privilegiados: a **entrevista semi-estruturada (ver anexo 2- lista de entrevistados)** e a **consulta documental**.

No âmbito da consulta documental foram utilizadas as seguintes fontes de informação:

Documentos oficiais dos projectos, nomeadamente documento do Projecto e relatórios, que podem ser:

- anuais (do progresso dos projectos),
- monitoria e avaliação (balanços internos ou externos),
- investigação científica (sobre vários assuntos ligados aos recursos naturais),
- Seminários e workshop (nacionais e internacionais), actas e notas.

Faltaram na maior parte dos casos relatórios de monitoria e avaliação e em alguns casos o documento do Projecto.

O documento de base mais completo consultado foi o documento do estudo feito pelo Banco Mundial, em 1998, com o título "Lições sobre o Envolvimento da Comunidade na Gestão de Projectos de Recursos Naturais em Moçambique". O documento é de base, traduzido em Português; no entanto não circulou e nem foi discutido em sessão plenária.

Informações Orais

- obtidas durante as reuniões e entrevistas com gestores dos

projectos.

Durante as entrevistas com os gestores dos projectos constatou-se que havia repetição de trabalhos/estudos.

Foi também constatado que não há circulação de informação mesmo dentro do próprio projecto; as pessoas não sabem o que tem dentro do projecto nem o que o outro está a fazer.

Em algumas entrevistas não foi possível obter informações referentes ao próprio projecto como por exemplo o orçamento geral do projecto, o fluxo do dinheiro dentro do projecto.

Houve também dificuldades em conversar com alguns gestores/responsáveis pelos projectos pois, as pessoas não estavam lá no local mesmo depois da confirmação do encontro.

- Informações obtidas durante as reuniões comunitárias com os beneficiários/ grupo alvo.

Na consulta documental realizada e nas entrevistas feitas procurou-se identificar a informação produzida pela comunidade:

- a sua opinião sobre o projecto;
- as suas necessidades;
- suas críticas e opiniões;

Vários Projectos não têm documentada a informação produzida pela Comunidade, em relação ao Projecto.

Uma questão metodológica fundamental pode ser colocada: Porque é que não se fez trabalho de campo e entrevistas entre a população? Optou-se desde o início em não realizar qualquer trabalho de campo porque havia disponível muita

informação recolhida e pelo facto de se estarem a verificar dois fenómenos ligados com a prática do turismo científico em zonas rurais:

- i) aumento de expectativas das populações e as promessas dos investigadores.
- ii) cansaço dos informantes.

Para a realização do estudo partiu-se do pressuposto de que seria interessante conhecer os projectos nas suas várias dimensões. A estratégia de recolha de informação visava comparar o que os projectos dizem que fazem ou fizeram – o discurso oficial - a visão presente nos documentos oficiais, nas análises e documentos internos e inclusive nos discursos públicos dos seus responsáveis com o que os projectos realmente fazem no terreno.

As Entrevistas Semi-estruturadas permitiram em muitos casos o estabelecimento de processos de comunicação com os projectos que nos fornecerem informação mais detalhada, documentação.

4. O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

O processo de investigação desenrolou-se nas seguintes fases:

i. definição do objecto de estudo;

ii. listagem de todos os projectos de gestão comunitária dos recursos naturais em curso em Moçambique em 1998 ou que já tivessem sido executados até essa data e sobre os quais houvesse notícia;

iii. selecção de projectos para um estudo mais aprofundado. A listagem inicial, à consulta da documentação existente e os debates internos ao nível do INDER conduziram nos à selecção de 12 projectos para estudo mais aprofundado.

Recolha de dados: Com os 12 projectos seleccionados entrou-se na quarta fase do estudo que consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas com gestores e executores dos projectos e com informadores chave sobre Gestão Comunitária de Recursos Naturais.

As fases aqui indicadas não foram seguidas de uma forma linear.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Surgimento da ideia do projecto

O surgimento da ideia dos projectos é apresentado pelas organizações de tutela, pelas organizações financiadoras e pelas organizações executoras como sendo de origem comunitária. A ideia que estes actores tentam fazer passar é de que o processo que deu origem ao projecto foi genuinamente de baixo para cima.

A maior parte dos projectos, são num certo sentido projectos de gabinete, elaborados em Maputo, para aproveitar possibilidades de financiamento. Os factores que estão na origem dos projectos - segundo os gestores as razões que justificam a existência ou os problemas que procuram resolver com os Projectos são os seguintes:

i. resolução de conflitos entre empresas privadas e a população local na utilização de recursos naturais - p.e. Tchuma-Tchatu, Helvetas-Matutuine;

ii. crescente degradação dos recursos naturais provocado por diversos factores, tais como exploração madeireira, produção de lenha e carvão para a abastecer as grandes cidades, caça furtiva de espécies raras e em vias de extinção e pescas furtiva p.e. (Projecto de Maneio Comunitário de floresta nativa-Mabalane, Apoio ao Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia - Goba, Licuati, GERFFA, Co-gestão Recursos Costeiros em Angoche e Moma).

iii. da necessidade da conservação e protecção da biodiversidade p.e. (Projecto uso múltiplo dos recursos naturais pela comunidade - Bazaruto)

iv. da necessidade de protecção dos direitos de uso e aproveitamento dos recursos da comunidade p.e. (Gestão Comunitária dos Recursos Naturais - Helvetas Matutuine).

Apesar da possível manipulação das explicações sobre a origem dos projectos, pode se dizer que os projectos surgem de uma interacção entre órgãos de tutela, agentes implementadores, organismos doadores e população residente numa determinada área. A população é normalmente mobilizada e consciencializada para a sua necessidade pelos agentes externos.

Independentemente da origem da ideia de surgimento dos Projectos, de alguma forma, os Projectos procuram resolver alguns problemas que afectam a Comunidade p.e. a ideia do surgimento do Projecto Tchuma-Tchatu não surgiu da Comunidade mas sim da DNFFB com solução viável para minimizar os conflitos de utilização dos Recursos Faunísticos que se vivam naquela área desde 1988 entre o operador de Safaris de caça e as Comunidades .

Apesar da “crise” que o Projecto enfrenta, o seu surgimento teve algum impacto positivo na vida das Comunidades Beneficiárias.

5.2. Metodologia para a identificação dos Projectos

Em quase todos os Projectos, usa-se o Diagnóstico Rápido Rural e participativo (DRRP). Contudo os Diagnósticos tem sido algo repetitivo e sem qualidade desejável.

Vários Diagnósticos revelam pouca maturidade nos estudos Sócio-económicos. Verifica-se também uma fraca utilização da informação existente.

Em muitos casos, não existe ligação entre o Projecto e DRRP, que devia ser usado como instrumento de Planificação, Análise e Avaliação.

Dos 12 Projectos analisados, 83,3% (10 Projectos) realizaram o DRRP.

Apesar disso, a experiência mostra que muitas vezes, o contacto com as Comunidades (DRRP) não altera o Projecto preconcebido.

Estudos feitos pelo Banco Mundial (DNFFB/UMC, 1998), mostram que a Identificação de alguns Projectos é feita por pessoas estranhas, que não vivem na área do Projecto. Contudo, a Planificação e a preparação foram baseadas nas informações locais , Avaliações Rurais Participativas (DRRP) ou inquéritos Sócio-económicos.

Isto demonstra que as Comunidades estão a ser ouvidas em relação as suas necessidades e prioridades embora, não participem na identificação.

6. OBJECTIVOS DOS PROJECTOS

A tabela abaixo indicada sistematiza os objectivos dos doze Projectos

Tabela 1. Objectivos dos Projectos

Projecto	Localização Geográfica	Implementador	Objectivos
(P1) – Licuati	Maputo – Matutuine	DNFFB /UEM	<ul style="list-style-type: none">▪ Estabelecer o Maneio dos Recursos e os sistema de controlo da área do Projecto com o envolvimento das Comunidades.▪ Promover tecnologias apropriadas de forma a aumentar a eficiência e produtividade, e contribuir para o uso sustentável dos recursos.▪ Facilitar a ligação comercial entre os produtores e o mercado▪ Desenvolver mecanismos financeiros para aquisição dos meios de produção
(P2) – Gestão Comunitária de recursos Naturais	Maputo-Ilha de Inhacaa	UEM/Dep.Biologia	<ul style="list-style-type: none">▪ Capacitar as Comunidades locais na Gestão dos Recursos Naturais▪ Capacitar as Comunidades Locais na Gestão de Conflitos▪ Apoiar as Comunidades locais na defesa dos seus Direitos no Uso e Aproveitamento da Terra▪ Criar mecanismos de promoção das actividades de rendimento em benefício das Comunidades locais
(P3)- áreas de	Maputo, Gaza,	DNFFB/ONGs	<ul style="list-style-type: none">▪ Reabilitar as áreas de Conservação depois de vários anos de abandono

Instituto de Desenvolvimento Rural
 Programa de Gestão Comunitária dos Recursos Naturais
 Sistematização dos Projectos de Gestão Comunitária dos Recursos Naturais, em curso em Moçambique

Conservação Transfronteiras	Inhambane		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço Institucional ▪ Reabilitar e Conservar os recursos de Ecoturismo e melhoria de vida das populações das áreas abrangidas
(P4) – Prospecção e Gestão de Recursos com a Participação Comunitária	Nampula-Moma e Angoche	IDPPE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ter um modelo de Gestão Pesqueira que funcione com o mínimo de encargos para o Estado ▪ Envolver e responsabilizar os pescadores na Gestão Pesqueira ▪ Ter um sistema de Gestão Pesqueira com envolvimento Comunitário com práticas de exploração do recurso
(P5) – Capacitação das Comunidades Locais e Gestão de Recursos Naturais com base na Comunidade	Maputo-Matutuine	HELVETAS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Determinar e mapear as áreas e limites dentro da área do projecto recorrendo a metodologias participativas ▪ Estabelecer um processo de consultas e de diálogo com as Comunidades Locais para informá-las da natureza do desenvolvimento real proposto a ser implementado nas suas áreas e dos seus direitos Vs acesso à Terra e aos Recursos Naturais de acordo com a Lei de terras ▪ Realizar uma avaliação das necessidades institucionais para cada Comunidade em conjunto com a Comunidade e outras instituições locais ▪ Fortalecer as instituições locais através de um processo de diálogo e de reforço institucional ▪ Assegurar que as Comunidades locais sejam capazes de negociar os seus direitos e que sejam plenamente envolvidos no processo de desenvolvimento através da capacitação institucional ▪ Identificar e desenvolver, com a Participação Comunitária uma série de empreendimentos comerciais baseados nos alicerces dos Recursos Naturais e oportunidades turísticas com o máximo de valor em benefício para as Comunidades ▪ Promover dispositivos institucionais e legais para assegurar que as Comunidades locais tenham acesso à Terra, aos Recursos Naturais e aos benefícios que daí advenham bem como assegurar uma distribuição equitativa dos benefícios entre os membros da Comunidade
(P6) – Maneio Comunitário da Floresta Nativa	Gaza-Mabalane	CEF/GTA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitar as instituições governamentais em Maneio e Controlo dos Recursos Naturais ▪ Promover o surgimento de organizações fortes e conscientes da necessidade de Maneio dos Recursos Florestais ▪ Elaborar um Plano de Maneio dos Recursos ▪ Introdução de actividades alternativas ▪ Estabelecer um sistema e estratégias para a

Instituto de Desenvolvimento Rural
 Programa de Gestão Comunitária dos Recursos Naturais
 Sistematização dos Projectos de Gestão Comunitária dos Recursos Naturais, em curso em Moçambique

			promoção de produtos locais
(P7) – Utilização Múltipla dos Recursos no Parque Nacional de Bazaruto	Inhambane-Arquipélago de Bazaruto	DNFFB/Natureza em perigo/WWT	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer uma gestão efectiva do Parque ▪ Fortalecer um relacionamento construtivo entre a Comunidade, os privados e o Parque, para gerar um desenvolvimento local a favor da protecção da biodiversidade ▪ Fazer o levantamento dos Recursos Naturais, nomeadamente recife dos corais, espécies existentes e movimento das dunas ▪ Desenvolver um Plano de Maneio e estabelecimento de comités de Gestão .
(P8) – Gestão de Recursos Florestais e Faunísticos	Sofala, Manica e Cabo Delgado	DNFFB	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitar a Comunidade local na Gestão de Recursos Naturais ▪ Capacitar a Comunidade Local na Gestão de conflitos ▪ Apoiar as Comunidades Locais na defesa dos seus Direitos no Uso e Aproveitamento da Terra ▪ Criar mecanismos de Promoção das actividades de rendimento em benefício das Comunidades locais
(P9) – Tchuma Tchatu	Tete- distrito de Mágoe	DPAP/SPFFB	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidar e expandir na Província de Tete o Maneio e Uso Sustentável de Recursos Naturais através de parceria equitativa entre as Comunidades Locais , Estado e o sector privado para contribuir no desenvolvimento da Província
(P10) – Delta Zambeze	Sofala (Marromeu) e Zambézia (Chinde)	IUCN/SPFFB	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver uma estratégia de comunicação a fim de alterar os decisores , Comunidades e Sociedade em geral sobre a importância e valores das Terras Húmidas ▪ Levantamento dos Recursos do Dlta e suas formas de utilização e introduzir sistemas de Monitoria para avaliar os impactos de desenvolvimento ou mudanças climáticas, que afectam os Recursos do Delta, sobretudo a pesca de camarão, florestais de mangais e planícies de aluvião ▪ Contribuir para o bem estar das Comunidades através do desenvolvimento de infra-estruturas sociais e promoção de formas de Gestão Comunitária de Recursos Naturais , dando especial atenção aos direitos de propriedade e acesso aos recursos.
(P11) Apoio ao Maneio Comunitário de Recursos Florestais	Maputo e Nampula	DNFFB/SPFFB	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Motivar e capacitar as comunidades Rurais para gerir os Recursos Naturais ▪ Criar um ambiente Institucional para a implementação do maneio comunitário de recursos Florestais ▪ Educação formal em silvicultura e pesquisa para apoiar a implementação e Gestão básica dos Recursos Naturais das Comunidades
(P12) Gestão dos	Sofala	DNFFB	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preservação dos Ecossistemas mangais ▪ Utilização dos Recursos associados aos mangais

Mangais			<ul style="list-style-type: none">▪ Facilitar a participação dos residentes na Planificação e gestão dos recursos de mangais▪ Melhorar as condições de vida
---------	--	--	--

Duma forma geral os Projectos procuram estabelecer:

- Planos de Maneio dos Recursos Naturais com o envolvimento Comunitário
- Capacitar as Comunidades locais no Maneio dos Recursos Naturais
- Capacitar as Comunidades locais na resolução de conflitos
- Promover tecnologias apropriadas às Comunidades.
- Promover actividades de rendimento em benefício das comunidades
- Reabilitação das Áreas de Conservação
- Reforço institucional
- Assegurar que as comunidades sejam capazes de negociar os seus direitos.

Alguns dos objectivos são vastos e bastante ambiciosos para o período de implementação. P.ex. para o Projecto de Gestão de Recursos Naturais na Ilha da Inhaca, dificilmente poderá alcançar os objectivos preconizados no período de dois (2) anos que corresponde a duração do Projecto.

Nem sempre os objectivos dos Projectos vão de encontro com os interesses dos chamados beneficiários.

A experiência mostra que, a Conservação da Biodiversidade não constitui a principal prioridade para as comunidades Rurais.

7. CONCEITO DE COMUNIDADE

A definição de Comunidade varia de Projecto para Projecto:

- Por exemplo o Projecto de Capacitação das Comunidades Locais e Gestão de Recursos Baseado na Comunidade em Matutuine - Helvetas, adaptou o conceito de Comunidade definido na lei de terras, segundo o qual *“comunidade é um agrupamento de famílias, vivendo numa circulação territorial de nível de Localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da protecção d áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, floresta, sítios de importância, cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão”*.

- O Projecto Delta Zambeze-IUCN considera Comunidade como um grupo de interesse (grupo de pescadores, de oleiros,...).
- Alguns projectos tentam ultrapassar na prática as insuficiências do conceito de Comunidade e passam a substituí-lo pelo conceito de utilizadores de Recursos Naturais. Os utilizadores são todos os que tem algum interesse pelo recurso sejam eles residentes ou não na zona onde se localiza o recurso e, para esses Projectos o que interessa é identificar os utilizadores e com eles trabalhar, (Com P.ex. o Projecto GERFFA).

A falta de consenso em relação ao termo "Comunidade" é já um problema antigo, datado de vários anos, e bastante preocupante segundo Selzenick, 1996; citado por Scott & Waterhouse, 1988, no seu documento o "conceito das Comunidades Locais em relação a Gestão de Recursos Naturais".

De acordo com Bernard, 1973: citado Scott Waterhouse, apesar da falta de consenso em relação ao termo "Comunidade" existem três parâmetros que caracterizam uma Comunidade: Localização geográfica, Laços Comuns e interacção social.

Contudo, nem sempre é possível conciliar os três aspectos acima apresentados. P.ex. quando diferentes grupos partilham interesses, controlam determinados recursos ou partilham actividades económicas semelhantes para a sobrevivência, isto pode fazer com que essas pessoas sejam consideradas "Comunidade" (Dikeni, at al 1996, citado por Scott & Waterhouse). Essas pessoas não necessariamente têm de viver numa mesma localidade ou terem quaisquer outras relações sociais.

A definição clara de que é uma Comunidade continua em aberto, com muitas interpretações.

8. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

A estratégia de implementação adoptada pelos projectos consiste em envolver as comunidades nas actividades do Projectos.

Dos 12 Projectos analisados, constatou-se que houve esforço em envolver as Comunidades em alguma fase do ciclo do Projecto; esforços foram feitos no sentido de auscultar as Comunidades e na priorização das suas necessidades.

Todos os Projectos evocam a Participação Comunitária. Como forma de garantir a sustentabilidade das acções mas até que ponto essa participação é feita? Ou o que é que os Projectos consideram de Participação Comunitária?

O conceito de participação é um dos conceitos discutidos dentro das Ciências de Desenvolvimento, desde os meados dos anos 70, como algo que tem a ver com o sucesso dos Projectos (Bentzon & Arnfred).

Hoje em dia, muitos programas de desenvolvimento fazem esforço para alcançar a sustentabilidade das actividades dos Projectos através da participação.

São conhecidos vários casos de Projectos fracassados por terem sido desenhados de acordo com estratégias de desenvolvimento baseadas em conhecimentos inadequados e falsas teorias. As estratégias participatórias fracassam porque as fundamentações teóricas do conceito "Participação" são fracas ou erradas (Bentzon & Arnfred).

A transferência da responsabilidade pela execução do Projecto para a sociedade civil é feita via Organizações Não Governamentais (ONG's). Em alguns casos as ONG's mobilizam a Comunidade através da distribuição de incentivos ou através do sistema de "comida pelo trabalho".

A experiência em Moçambique mostra que o sistema de incentivos "como p.ex. comida pelo trabalho" em troca da participação não garante sustentabilidade das actividades pois, não ausência dos estímulos nenhuma acção tem continuidade.

Segundo a experiência das Ilhas Maurícias (Bentzon & Arnfred) num Projecto de fixação das dunas, em que numa primeira fase, a população local participava através do envio do material e abastecimento de trabalho em troca de comida e algum dinheiro. Passado um ano, a experiência, mostrou que a população local era mais passiva do que se esperava. Não havia sinal da população local tomar responsabilidade de continuar com as actividades depois do fim do Projecto. Esta situação obrigou o Projecto a mudar a abordagem adoptando uma abordagem baseada na parceria "relação Projecto e população local" (Bentzon & Arnfred).

Actualmente, os Projectos procuram na medida do possível envolver as instituições estatais na implementação, particularmente a DNFFB e seus serviços ramais.

Na maior parte dos casos existe um grupo de pessoas (membros da comunidade), eleitos pela comunidade que lidera o processo de implementação do Projecto a nível da comunidade; essas pessoas são geralmente influentes e gozam de um determinado prestígio na comunidade.

O grupo serve de elo de ligação entre o Projecto e a Comunidade e constitui (na maior parte das vezes) um Comité de Gestão de Recursos Naturais. Existem outros casos, em que os Projectos criam novas instituições em vez de usar instituições locais existentes.

Quase todos os Projectos trabalham com um financiamento externo, estando muitas vezes totalmente dependente desse financiamento, sem no entanto criar-se condições para a sustentabilidade das acções quando o Projecto acabar.

A experiência dos Projectos Comunitários mostra que, as Comunidades participam nos Projectos quando tem benefícios concretos.

9. BALANÇO DE GÉNERO

Se bem que todos os Projectos estejam preocupados com o género poucas informações existem sobre o benefício real para as mulheres e para a criação de uma relação balanceada entre homens e mulheres.

Provavelmente, a fraca informação sobre o benefício real para as mulheres e a criação de uma relação balanceada entre homens e mulheres esteja relacionada entre outros com o seguintes factores:

O facto de os homens e mulheres terem um relacionamento diferente com os Recursos Naturais.

Fraco reconhecimento da importância do género

Fraco conhecimento de aspectos culturais

Fraco domínio de conceitos e instrumentos de género

Complexidade e diversidade de tarefas da mulher

Factores culturais e religiosas da Comunidade
(DNFFB/UMC,1998).

Embora alguns projectos não envolvam directamente a mulher, têm um impacto directo na vida da mulher.

Hoje em dia, existem alguns projectos só para mulheres e existem também Projectos que envolvem ambos os sexos mas que são chefiados por mulheres.

A prática demonstra que as necessidades das mulheres são diferentes das necessidades dos homens ; Por isso, é necessário que se tome em conta a questão do género.

10. RECURSOS NATURAIS

Tudo quanto a natureza oferece que pode ser usado para satisfazer uma necessidade humana é um Recurso Natural.

Os Recursos representam também uma expressão social e como tal a sua preservação está dependente da Participação das Comunidades na Gestão (Negrão, 1996).

Em Moçambique, os Recursos Naturais, constituem um dos capitais potenciais mais proeminentes para se impulsionar o desenvolvimento económico (Chonguiça, 1988).

Nos Projectos analisados, verificou-se que houve esforços em realizar estudos referentes aos Recursos Naturais, em particular os Recursos Florestais e Faunísticos. Os referidos estudos foram realizados por equipas multi-disciplinares e com envolvimento da Comunidade.

É importante que a realização dos estudos referentes aos Recursos Naturais seja feita participativa, visto que, a utilização e exploração dos Recursos é feita por vários intervenientes, que detêm diferentes níveis de percepção sobre a utilidade dos mesmos.

Em algumas zonas, verifica-se uma duplicação de esforços. Os Mesmos estudos são realizados por equipas diferentes, o que cria cansaço e por vezes falsas expectativas por parte dos informantes.

Há estudos feitos que mostram que houve mudanças significativas (desflorestamento) nas florestas.

Em Nhamatanda, província de sofala, foram reportados casos de produção descontrolada de carvão vegetal e exploração de madeira durante o período de guerra. Este factor foi apontado como uma das causas do desflorestamento (GERFFA, ECT; 1998)

Aliado a guerra, as movimentações para as zona urbanas, fizeram com que aumentasse a necessidade de acesso à moeda por parte dos “imigrantes”. Isso induziu na maior exploração dos Recursos Naturais como fonte de rendimentos.

Recursos Naturais como lenha, carvão, estacas para a construção de casas, acpim par a cobertura , água consumível, plantas medicinais e conchas não só são procurados para auto-consumo mas tambem como fonte de rendimento marginal (Negrão; 1996)

A solução para os problemas ambientais é complexa e para allguns autores, passa por reconhecimento de mecanismos de tomada de decisões existentes no campo sobre os quais assentava o exercício do poder ao nível das Comunidades Rurais (Negrão; 1996)

Na maior parte dos documentos consultados não se encontrou por cada projecto o valor real de mercado dos recursos naturais existentes e o valor actual que cada individuo ou grupo de individuos extrai destes recursos, exceptuando o casos de Tchuma Tchatu e o Projecto de Bazaruto e em algumas componentes do Projecto Delta Zambeze em que as Comunidades ao fim de um certo período tem algum valor valor monetário.

Embora nos documentos dos Projectos não se tenha encontrado o valor

real do mercado dos Recursos Naturais, para o caso das plantas medicinais, cerca de 63 espécies são vendidas no mercado de Xipamanine em Maputo, enquanto cerca de 400 espécies são comercializadas em Kwazulu, África do Sul (Cunningham, 1993, citado por Adamo, et al, 1997)

Muitas plantas são vendidas em média por \$US 0.50 cada um com um total de 900.000 por ano (Mander et al , 1996; citado por Adamo et al 1997).

Em algumas zonas, foram reportados casos de conflitos de uso de recursos entre as Comunidades e pessoas estranhas á zona. p.e. nos distritos de Matutuine, Província de Maputo e nos distritos de Moma e Angoche.

11. RESULTADOS ESPERADOS PELOS PROJECTOS

Tabela 2- Resultados esperados e alcançados pelos Projectos

Projecto	Financiador: Orçamento	Gastos Administrativos	Quanto chega p/Comunidade	Resultado a) esperado b) alcançado
Licuati	B.M. 1.20000 0 USD	-----	-----	<p>a)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificadas as regras tradicionais tradicionais de M.R.N. • Avaliado o impacto das regras locais de Maneio sobre ambiente • Implementadas as práticas de regeneração • Melhoradas as regras de Maneio na área do projecto • Que a Comunidade tenha conhecimento sobre as técnicas de M R.N. • Treinados fiscais locais • Melhoradas tecnologias tradicionais de produção de carvão • Promovidas práticas agrícolas viáveis • Que sejam identificadas e promovidas outras indústrias. • Identificado o potencial mercado para os produtos. • Que seja desenvolvido e implementado um modelo para gestão Financeira. <p>b)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborados relatórios sobre regras tradicionais de Maneio

Instituto de Desenvolvimento Rural
 Programa de Gestão Comunitária dos Recursos Naturais
 Sistematização dos Projectos de Gestão Comunitária dos Recursos Naturais, em curso em Moçambique

				<p>Florestal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Viveiro instalado • Treinados 12 membros da Comunidade em técnicas de Viveiro • Plantados 2 ha de Eucaliptos, Casuarina, e Chanfuta • Planos de Maneio para a produção de carvão elaborados e implementados • Criados /promovidos 5 associações de produtores de carvão e licenciadas. • Treinados 48 fiscais Comunitários • Melhorados fornos tradicionais para a produção de carvão. • Produtores de carvão treinados no uso de fornos metálicos e fornos tradicionais melhorados • 6 membros Comunitários treinados nas técnicas de produção de tijolos; 2 fornos para a produção de tijolos construídos • Introduzido girassol ; 32 camponeses treinados em produção de milho e girassol • Realizado estudo do mercado para os produtos • Introduzida tracção animal como meio de transporte para o carvão produzido. • Esquema de crédito da zona identificado e analisado • Um grupo de micro-finanças organizado e treinado.
G.R.N.	IDRC	-----	-----	<p>a)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Que a Comunidade entenda o conceito de Conservação de Recursos Naturais, Gestão integrada dos mesmos • Melhor controlo dos Recursos Naturais , geração de receitas através da exposição e venda de produtos de arte e outras iniciativas • Aumento da produção agrícola • Melhoramento das relações entre a Comunidade e o dep. de Biologia <p>b)</p>

Instituto de Desenvolvimento Rural
 Programa de Gestão Comunitária dos Recursos Naturais
 Sistematização dos Projectos de Gestão Comunitária dos Recursos Naturais, em curso em Moçambique

				<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de Produção agrícola
Transfroteiras	B.M. 8.000.000 USD	-----	-----	<p>a)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de um conjunto de actividades económicas do sector privado e Comunidade Locais • Identificadas oportunidade para o melhoramento das receitas para as Comunidade I • Práticas agrícolas melhoradas • Fortalecimento da segurança alimentar • Melhoramentodas condições de vida. • Restabelecimento do Habitat • Fortalecimento das organizações Comunitárias.
P.G.R.P.C	OPEP e FIDA	-----	-----	<p>a)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da produção de forma sustentável • Aumento do nível de vida das comunidades • Melhor conhecimento do Recurso e do seu comportamento, o que vai implicar uma na sua utilização.
PCCLGR NBC	IRDC 200.000 USD	-----	-----	<p>a)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Que as comunidades conheçam a Lei de terras • Que as Comunidades estejam informados em relação aos planos de desenvolvimento para a zona. • Diagnosticados os problemas e encontradas as vias para a solução. • Mapeados as Terras Comunitárias • Quadros distritais mais envolvidos na solução dos problemas <p>b)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divulgada a lei de Terras através de palestras • Formação em manejo de caprinos e conservação de sementes • Alfabetização de adultos • Introduzido o conceito “ecoturismo”suas vantagens • Comunidades informadas sobre o Projecto Blanchard

Instituto de Desenvolvimento Rural
 Programa de Gestão Comunitária dos Recursos Naturais
 Sistematização dos Projectos de Gestão Comunitária dos Recursos Naturais, em curso em Moçambique

				<ul style="list-style-type: none"> • Aconselhamento as Comunidades para a resolução dos seus problemas • Reconhecimento das áreas Comunitárias
Gestão da Floresta Nativa	400.000 Marcos	-----	-----	-----
Bazaruto	200.000 USD	-----	-----	-----
GERFFA	BAD 10.000.000	-----	-----	-----
Tchuma Tchatu	Fundação Ford	-----	126.500.000 Mt(96) 176.661.1256.500000 MT(97) 128.055.444 Mt (98)	a)----- b) <ul style="list-style-type: none"> • Em cada povoado já existe e funciona um Conselho de Conservação de Recursos Naturais , eleito pela Comunidade • Redução significativa da furtiva • Comunidade envolvida no acompanhamento e controlo das actividades da Empresa privada “Moçambique Safaris. • Melhorada a relação entre a Comunidade e a Empresa Privada • que opera na zona • Três ideias já eceberam valores monetários como resultado do Projecto.
Delta Zambeze	CIDA	-----	-----	-----
Apoio ao Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia	Embaixada da Holanda 10.00000.00000 USD	-----	-----	-----
Gestão dos Mangais	Embaixada a Holanda : 386.0000 USD	-----	Salário médio na olaria é de: 380.0000 Mt -----	-----

Legenda:

B.M= Banco Mundial

IDRC=International Development Research
OPEP= Organização dos Países Exportadores de Petróleo
FIDA= Fundo Internacional para o desenvolvimento Agrícola
PCCLGRNBC= Projecto de Capacitação das Comunidades Locais e Gestão de Recursos Naturais com Base na Comunidade
CEF= Centro de Experimentação Florestal
GTA= Grupo de Trabalho Ambiental
BAD= Banco Africano de Desenvolvimento
GCRN= Gestão dos Recursos Naturais
PGRPC= Prospensão e Gestão de Recursos com a Participação Comunitária

No geral, os Projectos esperam que no fim do período de implementação tenham criado :

Capacidade institucional no Maneio e Controlo dos Recursos Naturais
Planos de Maneio de Recursos Naturais elaborados
"Empowerment das Comunidades Locais
Estatuto Legal e Direito de Uso da Terra das Comunidades claramente definidos
Reconhecimento do valor das Terra Húmidas pelas Comunidades

Segundo os resultados da tabela 2, dos doze Projectos analisados em seis (50%) não foi possível saber o que os Projectos esperam e o que fizeram. Apenas três projectos (25%) é que apresentaram uma informação completa referente aos resultados.

A falta de informação pode estar relacionada de entre outras coisas com a fraca circulação de informação dentro do projecto ou mesmo falta de documentação ou registos do próprio Projecto.

Em alguns Projectos como P.ex.o Projecto Licuati, os resultados esperados não foram totalmente alcançados. Contudo, os resultados obtidos são bastante positivos, faltando apenas a consolidação. Para este caso, pode se entender que o facto de não se ter alcançado na totalidade os resultados esperados deveu-se ao factor tempo (período de implementação do Projecto) que por vários factores foi reduzido a metade.

O sucesso do projecto e a sustentabilidade dependem de vários factores de entre eles:

Abordagem usada pelos projectos (ligação Projecto Comunidade).

Criação de um ambiente de confiança entre o Projecto e a Comunidade

A compatibilidade dos Objectivos dos Projectos com as necessidades da Comunidade.

De acordo com Bentzon, para um projecto ser sustentável, é necessário tomar em conta quatro critérios/factores:

- **Nível Técnico**

As actividades /soluções propostas pelos projectos devem ser realistas e percebidas pela população local e, que mereçam confiança por parte da população local.

- **Nível Económico**

As actividades devem gerar rendimentos suficientes para o Projecto ser digno.

- **Nível Político**

As soluções devem ser politicamente aceites pela comunidade Local

- **Nível Institucional**

É preciso que haja confiança por parte das Instituições /Organizações Locais para poderem assumir a responsabilidade da gestão das actividades.

Apesar de apresentação de resultados esperados, e alguns projectos já quase no fim da implementação grande parte não tem indicadores definidos.

Todos os Projectos trabalham com base num orçamento doado ou empréstimo, contudo não há informações referentes ao fluxo do dinheiro dentro do Projecto, e muito menos a parte que chega para às Comunidades.

Com excepção dos Projectos Tchuma Tchatu e Delta Zambeze em que as comunidades tem benefícios em forma de dinheiro.

12. INDICADORES

A implementação dos Projectos pressupõe a existência de indicadores “ferramenta” de Monitoria e Avaliação.

Os indicadores devem ser mensuráveis, ou estimáveis, possíveis e relevante. Permitem dizer se os objectivos/resultados foram alcançados ou não.

Constatou-se que grande parte dos Projectos de Gestão Comunitária começam a implementação sem que se tenham definidos os Indicadores de Monitoria e Avaliação.

Dos doze (12) Projectos seleccionados para o estudo de caso, apenas 33,3% quatro (4) Projectos, definiram os seus indicadores antes do início de implementação

A não definição de indicadores por parte dos Projectos dificulta o processo de Monitoria e Avaliação e conseqüentemente a não correção dos erros cometidos durante a implementação dos Projectos.

Tabela 3-Indicadores de Monitoria e Avaliação

Resultados esperados	Indicadores	Meios de verificação
Criação da capacidade institucional no Maneio e Controle de Recursos Naturais	Treinamento dos técnicos em cursos sobre legislação, seminários e reuniões de sensibilização	Relatórios Certificados Manuais de treinamento
“Empowerment da Comunidade e organizações locais /comunidades fortalecidas e balanço de género	Redução da exploração ilegal em x% Maneio de Recursos Naturais em funcionamento e x% de mulheres envolvidas	Lista de transgressões Relatórios e composição dos grupos
Planos de Maneio de Recursos Naturais e Maneio Comunitário	Planos de Maneio elaborados dentro de um certo intervalo x% da área da floresta está sobre o Plano de Maneio Implementadas tecnologias melhoradas	Planos de Maneio, Mapas Observação de campo Nr. total de licenças aprovadas
Planos de acção para a utilização e Gestão de Recursos Naturais (solo, água, vegetação, fauna) preparados com envolvimento Comunitário	Pelo menos um promotor por Comunidade e um extensionista por distrito são treinados em Metodologias Participativas . Cada Comunidade está envolvida em Planos de Maneio Comunitário após x período depois do Projecto começar	“x” Comunidades elaboraram os seus Planos de Gestão Nr. de promotores e extensionistas treinados Observação no local
Comunidades controlam de forma racional o uso dos Recursos Naturais	“x” Comunidades estão a implementar os seus Planos de Maneio Comunitário de Recursos Naturais	Observação no local
Promotores a nível comunal e outros membros comunitários capacitados em aspectos técnicos, organizacionais e administrativos para o Maneio dos Recursos Naturais .	Planos de treinamento incluindo aspectos de género formulados e implementados nas comunidades seleccionadas. Nr. e impacto das actividades do treino (cursos , visitas de troca de experiência ...) Nr. e impacto das investigações desenvolvidas baseadas nas5 necessidades das instituições e das comunidades	Planos de Treinamento e visitas de estudo/troca de experiência e relatórios e avaliação; nr. de pessoas treinadas. Observação no local
Abordagens, métodos e instrumentos para o Maneio Comunitário de Recursos Naturais desenvolvidos, adaptáveis para ser aplicados de forma apropriada a uma escala mais ampla	Métodos e notas Técnicas sobre o MCRN, adaptadas ao contexto Moçambicano desenvolvidos, publicados e distribuídos de acordo de acordo com as necessidades reais. Experiências locais relevantes sobre o MCRN são sistematizadas Comitês de Gestão criadas, aplicando metodologia participativas	Experiências sistematizadas, métodos desenvolvidos, notas técnicas, manuais e outras publicações produzidas e distribuídas Banco de dados sobre o Maneio Comunitário de Recursos Naturais disponível e acessível Abordagens de Género

Instituto de Desenvolvimento Rural
Programa de Gestão Comunitária dos Recursos Naturais
Sistematização dos Projectos de Gestão Comunitária dos Recursos Naturais, em curso em Moçambique

		adequadamente implementado nas metodologias.
Um sistema de Monitoria e Avaliação estabelecido para verificação dos processos nas comunidades, como base para a planificação a diferentes níveis	Sistema de Monitoria e Avaliação desenvolvido e implementado pelo Projecto a todos os níveis, com indicadores quantitativos e qualitativos adequados	Sistema de Monitoria e Avaliação em funcionamento Relatórios produzidos
Estatuto Legal e direitos de uso da Terra das Comunidades ou de grupos de interesse relacionados com MCRN, clarificados e adequadamente definidos nos regulamentos pertinentes de uso da terra	A nova lei de florestas e fauna bravia e a sua regulamentação incorporam os interesses e perspectivas das comunidades locais A Terra e outros Recursos Naturais são tratados em diferentes Projectos Pilotos para os benefícios concretos das Comunidades	Impacto da Legislação e regulamentação; observação no local; relatórios
Princípios e práticas de Maneio Comunitário de Recursos Naturais e agro-silvicultura incorporados nos currículos das instituições de educação formal	Currículo da UEM e outras instituições de ensino incorporando Programas de MCRN Pelo menos um docente é treinado em MCRN nas instituições de Ensino (UEM e outras) Assuntos das comunidades locais referentes ao Maneio dos Recursos Naturais tornam-se dos estudos académicos	Currículo desenvolvido, número e qualidade de docentes treinados. Reconhecida qualidade de documentos produzidos sobre MCRN
Investigação apropriada em MCRN no CEF e na UEM, apoiando as necessidades das comunidades	Plano de investigação adaptadas para identificar as necessidades em MCRN desenhados e implementados “x” nr. de propostas de investigação aprovadas e implementadas Resultados da investigação comunicados, beneficiando extensionistas, promotores e todos os utilizadores	Publicados os resultados das investigações, Nr, e qualidade Relatórios de levantamentos sobre as necessidades em MCRN Nr. de extensionistas, promotores e utilizadores beneficiados pela investigação em MCRN
Integridade ecológica da bacia do rio Zambeze e capaz de ser usada pelas comunidades locais	Terras Húmidas intactas e funcionais	Programas de Monitoria
Reconhecimento do valor das terras húmidas (5 que as comunidades saibam que não são terras inúteis)	Aceitação dos valores inerentes as Terras Húmidas Nr. de publicações, artigos científicos, livros, programas de rádio/televisão mencionando os	Porções de Terras Húmidas convertidas em Terras úteis por exemplo para agricultura, relatórios de Monitoria e Avaliação Estudos e observações no local

	planos de desenvolvimento	
	Aumento do acesso aos cuidados de Saúde e Educação e redução da migração do campo para a cidade	

No geral os indicadores apresentados são de medição fácil, embora alguns não possam ser considerados indicadores por que não podem ser medidos. P.ex. considera-se como indicador a redução da exploração ilegal em X% Como medir a % de redução sem informação exacta da percentagem das transgressões antes do início do Projecto? Será que o Projecto tem informação exacta das transgressões anteriores?

Uma das características do indicador é de ser de medição fácil. Se não for de medição dificilmente poderá ser utilizado.

Os indicadores aqui apresentados ainda não foram usados pelos respectivos Projectos, o que se pressupõe que são indicadores para avaliação final.

13. PROBLEMAS IDENTIFICADOS PELOS PROJECTOS

Os problemas identificados podem ser agrupados em:

Problemas relacionados com a Informação, conflitos, Monitoria e Capital financeiro e humano.

Informação

Relações com instituições de tutela: A articulação entre os projectos e as estruturas de tutela é deficiente. Os projectos aparecem como Ilhas ou como instituições paralelas p.e. (GERFFA e Tchuma Tchatu). Essa deficiência está muitas vezes associada a falta de informação e mecanismos de coordenação.

A troca de informações entre o Projecto e outras instituições que lidam com os mesmos assuntos é muito fraca. Actualmente é difícil saber quem faz o quê, onde, como e quando. É também praticamente impossível saber o que está a ser bem feito, mais ou menos ou mal feito

A rigidez das instituições financiadoras e dos parceiros de cooperação internacional nos procedimentos (excessiva burocracia) p.e. (Projecto GERFFA e Projecto de Gestão Comunitária de Recursos Naturais na Ilha de Inhaca - UEM - Biologia)

Conflitos

Em algumas zonas protegidas, existem conflitos entre as Comunidades

locais e os Projectos.

Nessas zonas, os Projectos, estão preocupados com a conservação dos animais enquanto para as Comunidades locais, os animais representa um perigo para as suas vidas e culturas alimentares; e são, sobretudo, fonte de proteína animal. (p.ex. nas áreas dos Projectos GERFFA, HELVETAS, INHACA).

Em relação aos conflitos existentes nas áreas protegidas, é importante ter em conta que nessas áreas, a protecção das áreas constitui uma prioridade e não o desenvolvimento como nas zonas livres.

MONITORIA

Os projectos na maior parte dos casos têm uma inserção a nível Nacional. A Monitoria e Avaliação dos Projectos é geralmente feita pela instituições de tutela a nível Nacional.

A nível distrital, que é onde estão a ser implementados muitas vezes não existem esquemas de Monitoria e Avaliação.

Capital Humano e Financeiro

CAPITAL HUMANO: A disponibilidade de recursos humanos é considerada insuficiente criando dificuldades na implementação dos Projectos.

ORÇAMENTO: Os volumes de orçamento disponibilizados pelos financiadores são considerados insuficientes para a realização dos projectos como por exemplo o Projecto de Co-Gestão de Recursos Costeiros em Angoche e Moma.

Além dos problemas apresentados pelos responsáveis dos Projectos, existem outros que também concorrem para que os Projectos tenham sucessos:

- Falta de benefícios directos para a Comunidade - Na maior parte dos Projectos de Gestão Comunitária de Recursos os benefícios se é que existem são a médio ou a longo prazos.
- Conflitos entre as autoridades tradicionais e estruturas administrativas- Em alguns casos verifica-se uma divisão no seio da Comunidade devido à problemas Político-administrativos.
- Falta de intercâmbio metodológico entre os diferente intervenientes **no** meio rural
- Falta de definição clara do conceito "Comunidade"

- Falta de concordância entre as necessidades dos Projectos e os Objectivos dos Projectos

A não resolução dos Principais problemas que afectam a Comunidade pode ter de alguma forma influenciar nos resultados do Projecto.

P. ex. Em relação aos benefícios das Comunidades, resultados do estudo realizado pelo Banco Mundial (DNFFB/UMC, 1998), indicam que os benefícios iniciais às Comunidades directamente envolvidas na Gestão dos Recursos Naturais, contribuem grandemente para o sucesso dos Projectos.

14. CONCLUSÕES

Em geral pode se dizer que os Projectos de Gestão Comunitária de Recursos Naturais surgiram basicamente de duas formas:

- i. de cima para baixo propostas pelas instituições nacionais.
- ii. através de levantamento junto as Comunidades - DRRP

Os DRRP não tem a qualidade desejada. Não são usados como instrumento de Planificação, Análise Monitoria e Avaliação

Os objectivos dos Projectos são ambiciosos e, muitas vezes não são compatíveis com as prioridades das Comunidades.

O conceito de Comunidade tem várias interpretações.

O sistema de incentivos ou "Comida pelo trabalho" para levar a Participação da comunidade nas actividades não garante sustentabilidade das acções.

Não há quantificação dos benefícios Comunitários nos Projectos de Gestão Comunitária dos Recursos Naturais, exceptuando casos em que os benefícios são monetários.

O envolvimento das instituições governamentais nos Projectos de Gestão Comunitária de Recursos Naturais é deficiente a níveis inferiores P.ex.a nível do distrito.

Pouca informação sobre a comercialização dos produtos resultantes da exploração dos Recursos Naturais.

Na maior parte dos Projectos não existe informação sobre o fluxo dos dinheiros dentro do Projecto.

Poucos Projectos definem Indicadores de Monitoria e Avaliação antes do início das

actividades.

Não há circulação da informação dentro e fora dos Projectos.

15. Recomendações

Recomenda-se o uso de metodologias participativas para o envolvimento das Comunidades em todo o ciclo do Projecto.

O uso do DRRP como um instrumento de Planificação, Análise e Avaliação.

Que os objectivos dos Projectos sejam realísticos e que estejam em concordância com algumas das prioridades das Comunidades.

O não uso do sistema de incentivos “comida pelo trabalho” como forma de conseguir a participação das Comunidades nos Projectos

Embora não seja imperioso que os benefícios Comunitários sejam monetários, recomenda-se que sejam quantificados.

Que cada Projecto defina claramente os seus indicadores de Monitoria e Avaliação

Que os Projectos não se limitem apenas as Avaliações finais mas também a Avaliações periódicas como forma de corrigir os erros cometidos durante a implementação.

Que cada Projecto/Programa crie um sistema de circulação de informação dentro e fora do Projecto/Programa.

Os Projectos de Gestão Comunitária na medida do possível, devem envolver as instituições locais nas suas actividades.

BIBLIOGRAFIA

- Adamo .A. at all (1997), Plant Resources
- Benzton (), The Language of Development Studies
- Boane, C. Hatton J. & Chidiamassamba (1988) Gestão Comunitária de Recursos Naturais na Ilha da Inhaca.
- Brito, L. & O. Manso. (1988) Final Report- Community Wooddfuel Supply Pilot Project: Licuati Region.
- Brito, L. & Y. Fernandes. (1996) Rapid Rural Appraisal In Santaca Area. Eduardo Mondlane University, Faculty o4f Agromomy and Forestry. National Directore of Forestry and Wildlife, Biomass Energy Unit. Maputo- Mozambique
- Care Internacional em Moçambique. (1995) Projecto integrado de Conservação e Desenvolvimento nas Áreas de Conservação Transfronteira na Província de Gaza
- Hiscock, E. & .L. Timothy. (1996) Zambeze Basin Wetlands Conservation Resource Utilisation Project. Inception mission; IUCN, Montreal.
- Howell, D. (1998) Socio - economic study: Nhamatanda, GERFFA
- Jenson.S. & Waterhouse . R. (1998), Seminário Sobre o Conceito das Comunidades em Relação a Gestão de Recursos Naturais
- Macucule, A. & P. Mangué. (1998) Necessidades de investigação em maneio comunitário de florestas e fauna bravia, MAP-DNFFB, Maputo.
- Madope, A. (1996) Projecto Tchuma-Tchatu -Conferência sobre Gestão de Recursos Naturais com Participação Comunitária
- Negrão, J. & G., Isa. (1997) Uso da Terras na Zona Tampão da Floresta de Licuáti.
- Negrão, J. (1997) Repensando as modas do desenvolvimento rural.
- Soto, S. (1998) Plano de Maneio e gestão comunitária da floresta região de Djabula.
- World Bank.. (1997) Lessons form commuity involvement in natural resource management project in Mozambique, Maputo.
- Vilanculos, A. & A. Monjane (1988) Identificação das Regras Tradicionais de Maneio em Uso na Região de Santaca, Matutuine . Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal - GRNB
- Zucula, P.& E. Matlombe (1995) Enquadramento Geral do Desenvolvimento Agrário e Pesqueiro, Maputo.

Anexo1

Projectos de Gestão Comunitária de Recursos Naturais em curso no País por Província

Província	Projecto	Coordenador/Pessoa de contacto
Maputo	* Capacitação das Comunidades locais e G. R. Com base na Comunidade em Matutuine - Helvetas	Luís Dinis
	-----	-----
	* Licuati - Projecto Piloto de Gestão Comunitária de Biomassa Lenhosa – DNFFB/ UEM-FAEF	Prof.Dra. Lídia Brito
	-----	-----
	* Apoio ao Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia em Goba-DNFFB/FAO	Eng. Eduardo Mansur
	-----	-----
	* Áreas de Conservação Transfronteiras-DNFFB/SPFFB	dr. Bartolomeu Soto
	-----	-----
*.Gestão de Invertebrados Marinhos com a Participação Comunitária na Zona Entre-Marés do Saco da Ilha de Inhaca – MICOA	dra. Isabel Guambe	
-----	-----	
*.Silvicultura e Conservação de R. N. - GTA e Nuova Fronteira	-----	
-----	-----	
* Conservação da Chanfuta em Tanga com a Participação Comunitária - CEF	Engs. Esperança Chamba ou Henrique Massango	
-----	-----	
- * P. Comunitário de Guardas da Fauna de Catuane-FNP/EWT	dr. José Alves	
-----	-----	
- *.Gestão de R.N.na Ilha de Inhaca-UEM. Dep.Biologia	Drs. Custódio Boane/J. Hatton.ou.Catarina Chidiamassamba	
-----	-----	
* Titulação de Terras em Boane-	-----	

	DINAGECA	dr. Samuel Rovicene
Gaza	<p>* Maneio Comunitário de Floresta Nativa em Mabalane-CEF/GTA</p> <p>-----</p> <p>* Maneio de Recursos na zona Costeira no Xai-Xai - MICOA/GTA</p> <p>-----</p> <p>* Áreas de Conservação Transfronteira-DNFFB/SPFFB</p>	<p>Engs. Eulália Macome ou Pedro Mange</p> <p>-----</p> <p>dr. Alfredo Massinga</p> <p>-----</p> <p>dr. Bartolomeu Soto</p>
Inhambane	<p>* Utilização Múltipla de Recursos para a Conservação do Arquipélago de Bazaruto – DNFFB/WWF/EWT</p> <p>-----</p> <p>* Plano Integrado de Maneio de Recursos Naturais (costeiros) em Inhassoro-MICOA/GTA</p>	<p>dr. Augusto Correia</p> <p>-----</p> <p>dr. Leonel Lopes</p>
Manica	<p>* Áreas de Conservação Transfronteiras-DNFFB/SPFFB</p> <p>-----</p> <p>* Chimanimani/Tsetsera-SPFFB</p> <p>-----</p> <p>* Reserva Florestal de Moribane-CEF</p> <p>-----</p> <p>* Gestão de Recursos Florestais e Faunísticos (GERFFA) –DNFFB</p>	<p>dr. Bartolomeu Soto</p> <p>-----</p> <p>-----</p> <p>-----</p> <p>Engs. Abdul Adamo ou Paulo Zucula</p>
Sofala	<p>* Gestão de Recursos Florestais e Faunísticos (GERFFA) –DNFFB</p> <p>-----</p> <p>* Maneio de R.N. na Montanha de Gorongosa-Food For Hungry International(FHI)</p> <p>-----</p> <p>* Conservação e Utilização dos Recursos das Terras Húmidas da Bacia do Zambeze (Delta Zambeze) –IUCN</p> <p>-----</p>	<p>Engs. Abdul Adamo ou Paulo Zucula</p> <p>-----</p> <p>-----</p> <p>-----</p> <p>drs. Maria da Luz ou Baldeu Chande</p> <p>-----</p>

	<p>* Conservação dos Mangais -DNFFB</p> <p>-----</p> <p>*.Maneio Integrado no Norte de Sofala (P.N.Gorongosa, Reserva de Marromeu)-DNFFB</p> <p>-----</p> <p>* Maneio do Miombo - DNFFB/CEF/UEM-FAEF</p>	<p>dra Imelda Sousa</p> <p>-----</p> <p>-----</p>
Tete	<p>* Tchuma-Tchato em Mágoe e Daque – DNFFB/IUCN</p>	<p>Eng. Marcelino Foloma ou dra Maria da Luz</p>
Zambézia	<p>* Reserva de Gilé – MICOA</p> <p>-----</p> <p>* Delta Zambeze – IUCN</p> <p>-----</p> <p>* Silvicultura e Conservação de R.N. GTA/Nuova Fronteira</p>	<p>dra Catarina Chidiamassamba</p> <p>-----</p> <p>dra. Maria Luz</p> <p>-----</p>
Nampula	<p>* Apoio ao Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia-DNFFB/FAO</p> <p>-----</p> <p>-.*Maneio de Miombo - DNFFB/CEF/UEM-FAEF</p> <p>-----</p> <p>* Co-gestão de R. Costeiros em Angoche-IDPPE</p>	<p>Engs..Eduardo Mansur</p> <p>-----</p> <p>-----</p> <p>drs. Simião Lopes ou Rui Falcão</p>
Niassa	<p>* Maneio da Reserva de Niassa-DNFFB/MADAL</p> <p>-----</p> <p>* Maneio integrado de R.N. em Mecula e Sanga-SPFFB/IUCN</p> <p>-----</p> <p>*.Investigação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável -MICOA</p>	<p>-----</p> <p>dra. Maria da Luz</p> <p>-----</p> <p>-----</p>

Cabo Delgado	* Gestão Costeira em Mecufi-MICOA	dr. Alfredo Massinga
	* Gestão de Recursos Florestais e Faunísticos (GERFFA) –DNFFB	Engs. Abdul Adamo ou Paulo Zucula
	*.Apoio as iniciativas de Desenvolvimento e Empowerment-HELVETAS	Luís Dinis

* Projectos seleccionados para o estudo

Nota: Alguns Projectos aparecem repetidos devido a sua localização geográfica
(implementados em duas ou mais Províncias)

Anexo 2

Entrevistas realizadas

Entrevistado	Instituição a que pertence	Local de entrevista	Data	Hora	Presentes durante a entrevista	Observações (assunto)
Lídia Brito	UEM-FAEF	UEM-FAEF	21/9/98	8:30	Yussuf Adam e Ofélia Simão	Projecto Licuati
Simião Lopes e Rui Falcão	IDPPE	IDPPPE	28/9/98	9:30	José Mate, Ofélia simão e Judite Muchanga	Projecto de Co-gestão de Recursos Costeiros em Angoche
Patrik Matakala	DNFFB	UEM-FAEF	30/9/98	10:00	Yussuf Adam, José Mate e Ofélia Simão	Projecto de Apoio ao Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia
Catarina Chidiamassamba	MICOA	MICOA	5/10/98	14:15	José Mate, Judite Muchanga e Ofélia Simão	Gestão de R. N. na Ilha de Inhaca
Bartolomeu Soto	DNFFB	DNFFB	6/10/98	15:00	Judite Muchanga e Ofélia Simão	Projecto Transfronteiras
Luís Dinis, Mateus Muthemba e Palalane	Helvetas	Helvetas-Matutuine	9/10/98	9:00	José Mate, Judite Muchanga e Ofélia Simão	Projecto de capacitação das Comunidades e G.R.N.
Koeti seródio e Baldeu Chande	IUCN	IUCN	15/10/98	10:30	José Mate, Judite Muchanga e Ofélia Simão	Projecto do Delta do Zambeze
Maria da luz	IUCN	IUCN	19/10/98	14:0	Judite	Projecto

Instituto de Desenvolvimento Rural
 Programa de Gestão Comunitária dos Recursos Naturais
 Sistematização dos Projectos de Gestão Comunitária dos Recursos Naturais, em curso em Moçambique

				5	Muchanga Ofélia S.	Tchuma Tchatu
Eulália Macome e Pedro Mangué	CEF	CEF- Marracuen e	27/10/98	9:20	José Mate, Judite Muchanga e Ofélia Simão	Projecto de M.C. da Floresta Nativa em Mabalane
Paulo Zucula	DNFFB	DNFFB	29/10/98	9:30	José Mate, Judite Mucganga e Ofélia Simão	Projecto GERFFA
Augusto Correia	DNFFB	INDER	28/10/98	10:4 0	José Mate, Judite Muchanga e Ofélia Simão	Projecto sobre a Conservação do Arquipélago de Bazaruto

